

DESENVOLVIMENTO E LUTA DE CLASSES: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO PACTO TERRITORIAL NA CIDADE DE CURAÇÁ

Davi Mendes Leite 1; Dermeval Passos da Hora 2 Yuri Passos Berbert 3

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),
e-mail: davimleite@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),
e-mail:dermepassos@yahoo.com.br
3. Participante do NIEAP, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
e-mail: yuripassosb@gmail.com

PALAVRA-CHAVE:Desenvolvimento Rural, Estrutura Fundiária, Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária nordestina, organizada ao redor de oligarquias, tem sido apontada como um entrave para a democracia e o desenvolvimento econômico do nordeste, sobretudo se a noção de desenvolvimento adotada for socialmente mais abrangente. Por isto, a interpretação do desenvolvimento/sub-desenvolvimento da região nordeste deve ser feita com um olhar que leve em conta não apenas as relações estritamente econômicas. Relações de poder, luta de classes, espaços de decisão democráticas e outros elementos que não são da economia propriamente dita, são essenciais para se entender de que forma se estrutura a economia do nordeste e como historicamente foi conduzida. (OLIVEIRA, 1977). Do ponto de vista da estrutura fundiária brasileira, para além da Reforma Agrária, o que se dá são configurações das assimetrias do poder do domínio privado do território por instituições públicas e privadas. Buscar-se-á neste trabalho de pesquisa localizar e identificar o desenvolvimento rural, suas instituições, suas políticas e suas práticas.

A Bahia segue o modelo desenvolvimento rural adotado pelo governo federal, que tem duas linhas. O agronegócio e a agricultura familiar. O primeiro com alto investimento de capital, utilização de grandes áreas de terras, grande uso de fertilizantes, agrotóxicos e baixa mão obra empregada. O segundo é caracterizado pela produção em pequenas áreas e uso de mão de obra familiar. Nesse sentido o primeiro eixo tem como objetivo característico a rentabilidade do grande capital enquanto a segunda a segurança alimentar e a rentabilidade familiar.(PEDRÃO 2004)

Existem em Curaçá, 3.979 produtores, na condição de proprietários individuais de estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 134.699 hectares de terra. Em contrapartida, na condição de sociedade anônima ou por cotas, existem 18 unidades ocupando uma área de 2.478 hectares. (IBGE 2006).Deste modo, o objeto deste trabalho diz respeito aos resultados da política agrícola familiar na bahia que terá Curaçá como objeto a ser avaliado.

MATERIAL E MÉTODO

Os procedimentos metodológicos desta investigação envolveram a leitura e análise de revisão bibliográfica, essa revisão se centrou em autores que discutem o desenvolvimento rural enquanto categoria econômica e políticas públicas para o homem do campo.Após a revisão bibliográfica se fez análise de dados secundários obtidos a partir de órgãos governamentais

RESULTADO

As políticas públicas e o desenvolvimento rural na Bahia.

Na Bahia como no Brasil pode-se observar a existência de dois modelos no sistema produtivo rural adotado pelo governo, o primeiro perfil do agronegócio que representa a forma tradicional de organização da agricultura, hoje altamente moderna mas que ainda traz consigo problemas antigos como a alta concentração de capital para fins privados, baixo uso de recursos humanos e um impacto negativo no meio ambiente.

O outro perfil é de produção de pequenos agricultores que objetiva a renda familiar (produção de excedente) e uma segurança alimentar, esse perfil apesar de se mostrar mais viável não tem sido e nem é prioridade no desenvolvimento rural baiano.

É evidente que o avançar do desenvolvimento rural de forma que venha a combater a pobreza, perpassa também pelo fortalecimento da democracia como caminho de emancipação política da população rural, que acabam por se submeter a relações de dependência econômica tanto de políticas assistencialistas como de subempregos fornecidos por oligarquias locais. Assim as políticas públicas para o campo precisam levar em conta esses fatores que garantam as condições de cidadania mínima e valorize a terra a partir de sua função social.

O meio rural baiano convive ao mesmo tempo com altos índices de pobreza e grandes ilhas de prosperidade, é caracterizada por ser uma região semiárida, onde a agropecuária extensiva é a forma predominante de organização socioeconômica, a grandemonocultura ainda é a forma de configuração produtiva hegemônica.

Políticas públicas para o desenvolvimento a partir do olhar local é recente, essa alternativa traz algumas vantagens como a facilidade maior de envolvimento da população local na formulação das políticas públicas, e desvantagens quando se tentar separar os problemas locais dos problemas Nacionais com se um não tivesse ligado ao outro. Assim políticas públicas para o desenvolvimento rural local precisam levar em conta alguns aspectos essenciais para a superação dos entraves para o desenvolvimento rural que hoje traz o elemento da sustentabilidade, como participação popular, reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar, assistência técnica, infra-estrutura.

Na Bahia existe atualmente um direcionamento ainda que ínfimo a essa forma de política, hoje existem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentáveis, no entanto ainda não se observa mudanças estruturais na organização socioeconômica, para que acontecesse tais mudanças as políticas públicas não deveriam ser apenas de cunho distributivo, essas em alguma medida podem provocar um clientelismo, por não precisar necessariamente mexer nas elites econômicas, diferente das políticas redistributivas, que são as que provocam conflitos por serem de transferência de renda, assim os conselhos inserem setores marginalizados na construção da política pública, no entanto pode significar que o conselho tenha uma função mais de conciliação de classe, uma vez que para a mudança ser estrutural é necessário um enfrentamento aos poderes econômicos dominantes locais.

O Rural em Curaçá

Curaçá diferente do Brasil tem maior parte da população vivendo no campo 57,44%, apesar disso as políticas de fixação do homem no campo não vem surtindo efeito, para tentar comprovar isso será exposto alguns dados.

Entre os anos 2000 e 2010 a taxa de crescimento da população urbana do município é de 2,41% contra 0,21 no campo.(IBGE)

Os dados mostram do ponto de vista do movimento demográfico entre o urbano e o rural que em Curaçá as políticas para o desenvolvimento rural vem perdendo força para crescimento o urbano. Outro dado que pode comprovar esse movimento é o de produção agrícola de alguns alimentos.

Feijão							
2007		2008		2009		2010	
Área Colhida (há)	Produção (t)	Área Colhida (há)	Produção (t)	Área Colhida (há)	Produção (t)	Área Colhida (há)	Produção (t)
530	503	1050	1107	609	877	212	230
Milho							
280	140	418	209	685	700	265	186
Mandioca							
432	6.048	545	7.630	450	6.300	400	4.200

Fonte: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária.

A atual situação da agricultura familiar pode ser vista nos resultados de sua produção agrícola. Como exemplos foi escolhida três produtos da cesta básica notadamente do nordeste. As culturas de feijão, milho, e mandioca. Para isso iremos comparar o tamanho da área colhida e o volume da produção entre 2007 e 2010.

Os dados da tabela mostram para feijão e mandioca a partir de 2009 uma queda na produção, e chegando em 2010 em patamares inferiores aos de 2007. No caso do milho entre 2007 e 2009 se observa um aumento na produção, no entanto assim como as outras culturas se observa uma queda a valores inferiores a 2007.

A partir do exposto, aumento na população urbana maior que a rural, desequilíbrios acentuados na produção agrícola e grande desigualdade fundiária se identifica que a políticas públicas para o campo não tem sido eficientes para solucionar os problemas históricos do campo observa-se que vem reproduzindo localmente problemas nacionais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o IBGE, a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Apesar dos bons números da produção familiar, a pequena agricultura não vem sendo a prioridade. O governo irá disponibilizar para a agricultura familiar no ano 2012/2013 18 bilhões de reais contra 115 bilhões de reais para o agronegócio. Esses investimentos mostram a escolha pela manutenção da desigualdades no campo, *lócus* de alta concentração de pobreza no Brasil.

A erradicação da pobreza no campo perpassa por mudanças estruturais na redistribuição fundiária da Bahia e do Brasil. Assim as políticas públicas devem trilhar o caminho da reforma agrária, participação social, exercício da cidadania a partir do fortalecimento dos espaços de decisão democrática, esses elementos políticos são importantes em uma nova forma de fazer políticas públicas, porque colocam em conflito antigas relações de poder, que na Bahia e no nordeste como um todo é marcado por domínio de oligarquias no interior dos Estados.

As políticas formuladas a partir do desenvolvimento local podem contribuir muito para o processo, no entanto não pode ser descolada dos problemas nacionais, e assim apenas deslocar decisões que seria do âmbito federal para o âmbito municipal, o desenvolvimento local só será viável se for concebido como alternativa e não como como reprodução de antigos problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste; planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, I. M. M. *Nordeste e o regime autoritario : Discurso e pratica do planejamento regional*. São Paulo: Hucitec, 1987.

LACONTE, W. (coord.) *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual 1997.

MOREIRA, R. J. 1. ed . São Paulo. Expressão Popular. 2007.

DELGADO, G. “A questão agrária no Brasil, 1950-2003”. In. JACCOUD, L. et.al. (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Censo agropecuário 2006. disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em 27/02/11

Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia – SEAGRI. Superintendência de Agricultura Familiar. Disponível em <<http://www.seagri.ba.gov.br/>> Acesso em 25/02/11.

Teixeira, C. E. “O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade”. Disponível em <http://www.aatr.org.br/site/textos_publicacoes/index.asp> Acesso em 15/12/2011.

Pedraõ, F. C. “Desenvolvimento Rural na Bahia”. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/sumario/sep/sumario_sep_71.pdf> Acesso em 20/03/2012.